


Educação ambiental: a estética na ética do trabalho de catadores e catadoras de materiais recicláveis na cidade de São Paulo

Claudia Cristina Mussolini¹

 <https://orcid.org/0009-0005-5968-1706>

Sônia Aparecida Siquelli²

 <https://orcid.org/0000-0002-8992-1898>

Considerações iniciais

Somos sujeitos estéticos na medida em que nos abrimos para novas possibilidades, novas práticas sociais, desfazendo-nos de referências cristalizadas (Redin, 2008, p. 175).

Este ensaio é fruto das percepções produzidas ao presenciarmos uma intervenção exercida pelo projeto Pimp Educa em uma padaria na cidade de São Paulo e das observações realizadas ao visitarmos a Organização da Sociedade Civil (OSC) Pimp my Carroça, também em São Paulo, que desenvolve iniciativas de catadores e catadoras de materiais recicláveis em todo o Brasil, por meio da arte e do ativismo, da mobilização política, da visibilidade e de tecnologias sociais colaborativas e inovadoras (Pimp my Carroça, 2025).

No projeto Pimp Educa, um dos braços da OSC Pimp my Carroça, palestras e encontros são realizados pelos catadores e pelas catadoras, que vão até as instituições, educacionais ou não, relatar suas histórias de vida e suas experiências com a reciclagem. Para o projeto, esses trabalhadores são reconhecidos como educadores ambientais e ativistas políticos, já que participam ativamente na busca por um mundo mais justo, inclusivo e com igualdade social (Pimp my Carroça, 2025).

A temática da cidadania global e da justiça socioambiental na educação latino-americana possibilita destacar o princípio educativo no trabalho do catador e da catadora de materiais recicláveis, reconhecidos e que se reconhecem como sujeitos ativos da educação ambiental.

¹ Universidade São Francisco, Itatiba: ccmussolini@gmail.com.

² Universidade São Francisco, Itatiba: soniapsiquelli@gmail.com.

Manacorda (2008), ao se referir a Gramsci, evidencia o trabalho como princípio educativo – uma educação crítica, popular e decolonial que busca escutar os sujeitos marginalizados e considera a participação dos indivíduos na construção do conhecimento, valorizando a diversidade cultural e reconhecendo os saberes e as identidades dos povos colonizados. Para que a justiça social e ambiental seja alcançada, todos os grupos sociais, independentemente de raça, etnia, gênero, classe social, orientação sexual e idade, devem possuir igualdade de acesso aos recursos naturais e um ambiente saudável e seguro para viver.

O trabalho de catação de materiais recicláveis no Brasil se intensificou em 1970 – acompanhando o aumento da urbanização do País e a produção de mercadorias em larga escala – como alternativa de renda para milhares de cidadãos que se encontravam às margens dos espaços formais de convivência, produção e integração social. São trabalhadores que atuam diariamente nas áreas urbanas do País, marginalizados pela maioria da sociedade que não reconhece o importante trabalho educacional realizado por eles, especialmente quando pensamos em educação ambiental (BrazilFoundation, 2015). Esses agentes, por vezes, são vistos pela população como pessoas que *catam coisas para trocar por drogas* ou como *acumuladores de objetos sem valor*, em vez de pessoas que, com seu trabalho, beneficiam a sociedade, inclusive economicamente, evitando o consumo de água, energia elétrica e matéria-prima usada, principalmente, pelas grandes indústrias. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA – (2012), 90% de todo o material reciclado no Brasil é recuperado dos resíduos pelas mãos desses trabalhadores.

Catadores autônomos coletam em média, individualmente, 7,5 toneladas de material reciclável por mês – como aponta pesquisa da plataforma Cataki, aplicativo sem fins lucrativos que aproxima os profissionais da reciclagem dos geradores de resíduos –, 1,6 vezes mais do que a coleta seletiva municipal oficial da cidade de São Paulo (Maciel, 2022).

Sobre o pagamento por esses serviços ambientais urbanos, Calderoni (2003) relata que os benefícios potenciais da reciclagem para a sociedade brasileira – caso todo o resíduo reciclável que é encaminhado para aterros e lixões nas cidades brasileiras fosse reciclado – seriam em torno de R\$ 8 bilhões anuais e que, considerando os atuais índices de reciclagem do País, essa atividade já geraria benefícios entre R\$ 1,4 bilhão e R\$ 3,3 bilhões anuais (IPEA, 2010). Entretanto, mesmo com todas essas vantagens econômicas, os catadores e as catadoras continuam reivindicando a sua inclusão nos contratos da Prefeitura de São Paulo, que terceiriza

a atividade de coleta e reciclagem de lixo a empresas privadas, no lugar de contratar as cooperativas e associações de catadores. Incluir os catadores e as catadoras nesses contratos teria uma dupla vantagem social: auxiliar no aumento e na permanência da renda mensal desses trabalhadores, evitando a flutuação de preço do mercado e conseqüentemente a flutuação na renda; e estimular a inclusão social desses agentes – reconhecidos como trabalhadores e educadores ambientais – na sociedade, da qual são excluídos pelo fato de o preconceito em relação a eles ser muito presente. O relatório do Cataki demonstra que metade dos usuários entrevistados já foi impedida de entrar em estabelecimentos comerciais, 67% foram vítimas de preconceito e 63% apontam terem sido vigiados de perto por seguranças. Entre os que não usam a plataforma, 26% disseram já terem tido a carroça apreendida pela Prefeitura. Para os que estão cadastrados, 21% tiveram o instrumento de trabalho recolhido (Maciel, 2022).

Projetos como o Pimp Educa incentivam a presença dos catadores e das catadoras em universidades, espaços educativos, empresas, pequenos e grandes comércios, já que esses profissionais são entendidos como especialistas na área de educação ambiental (Pimp my Carroça, 2025). Junto com o fortalecimento de sua autoestima por meio da função de educadores, percebemos, da mesma forma, um orgulho em exibir suas carroças customizadas por grafiteiros com desenhos, palavras ou frases que ilustram o processo de reciclagem, chamando a atenção da população para sua existência e resistência, em meio ao caos urbano. Dessa forma, a ética e a estética estão presentes no cotidiano de atuação desses profissionais, que provocam, por intermédio da educação ambiental, uma reflexão na sociedade sobre os processos de trabalho precarizado, consumo e produção de lixo.

Sendo assim, este ensaio pretende discutir sobre o fato de que, além da atividade específica de catador de materiais recicláveis – que inclui a coleta, a separação e a comercialização desses materiais –, esses profissionais também realizam atividades educativas com o objetivo de conscientizar e informar a população sobre o impacto ambiental e social do lixo não reciclado.

A opção metodológica pela observação simples foi escolhida por se tratar de um método de investigação científica que auxilia na compreensão de um fenômeno específico com a mínima intervenção do pesquisador, da maneira mais espontânea possível. A observação é o uso dos sentidos com o objetivo de adquirir os conhecimentos necessários para o entendimento do que é cotidiano e habitual da vida social, podendo ser usada também como procedimento científico (Gil, 2008).

A observação simples ou informal é um tipo de observação assistemática, em que o pesquisador se torna um espectador do indivíduo ou do grupo que está sendo investigado (Gil, 2008). De forma direta, as observações realizadas nos encontros do Pimp my Carroça acontecem *in loco*, em tempo real, e foram seguidas de um processo de análise e interpretação dos fatos. Pesquisas em postagens no Instagram e no *site* da OSC Pimp my Carroça sobre sua atuação artista³ e educadora também foram realizadas para complementar a investigação.

Foi durante a convivência com os catadores e as catadoras que surgiram a intenção e a vontade “da formulação de hipóteses, fase eminentemente lógica em que o pensamento é provocador, o espírito é posto diante dos fatos, há a oportunidade de analisar as primeiras intuições com as intuições alheias ou com os fatos objetivos” (Severino, 2013, p. 115). Com o aprofundamento no tema, “abandonam-se algumas ideias, acrescentam-se novas, reformulam-se outras” (p. 115). Dessa forma, o senso comum e o preconceito sobre os catadores e as catadoras foram revisitados várias vezes na tentativa de nos distanciarmos o máximo possível de um pensamento eurocêntrico e colonizador que enxerga esses trabalhadores como subalternos e não como pessoas que podem transformar o mundo com seu trabalho, seu conhecimento e sua incidência política.

Educação ambiental sob diferentes perspectivas

A educação ambiental no Brasil consolidou-se por meio da *Constituição Federal de 1988* (Brasil, 1988), que incorporou um capítulo específico direcionado ao meio ambiente. O art. 225 esclarece: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (Brasil, 1988). Com essa definição, entendemos o meio ambiente como um direito fundamental de todo e cada cidadão e cidadã.

A *Lei n.º 9.795, de 27 de abril de 1999* (Brasil, 1999), instituiu a Política Nacional de

³ O ativismo desempenha um papel fundamental para elevar a autoestima das catadoras e dos catadores de materiais recicláveis no Brasil. A carroça pimpada transforma-se em plataforma que passa a expressar suas vivências e perspectivas. Por meio da arte, eles e elas têm a oportunidade de contar suas histórias, reivindicar sua identidade e compartilhar suas lutas de maneira poderosa e visualmente cativante (Pimp my Carroça, 2025).

Educação Ambiental. Em seu art. 2 declara que “a educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal” (Brasil, 1999). Ao versar sobre o caráter não formal da educação ambiental, a Lei abre espaço para que formas de aprendizagens e trocas de conhecimentos possam ocorrer fora do sistema formal e institucional de ensino, onde existe a predominância de conteúdos pré-determinados. Na educação não formal a aprendizagem ocorre de maneira espontânea, com maior liberdade de escolhas pelos temas e assuntos, o que proporciona uma forma de troca de conhecimentos mais fluida e orgânica.

Segundo Gohn (2006, p. 2), “a educação não-formal é aquela que se aprende no mundo da vida cotidiana, através do compartilhamento de experiências e saberes, principalmente em ambientes com ações coletivas”. Dessa forma, ao realizarem encontros em espaços como padarias, restaurantes e praças – com os objetivos de esclarecer sobre o processo de reciclagem e contar sua história de vida e de trabalho –, catadores e catadoras de materiais recicláveis são agentes ativos e ativas da educação ambiental (Pimp my Carroça, 2025).

A definição dessa práxis educativa é alvo, até hoje, de disputas ideológicas e políticas – e por vezes ela já é denominada como: humanista, conservacionista, sistêmica, problematizadora, naturalista, científica, moral, biorregionalista, da sustentabilidade, crítica, etnográfica, feminista, entre outras possibilidades nos contextos nacionais e internacionais (Sauvé, 2005). Por um lado, a educação ambiental é vinculada a um forte significado conservador e tecnicista voltado para a resolução de problemas pontuais e imediatos. Essa visão culpabiliza os cidadãos pela desregulação ambiental, impondo ações fragmentadas e isoladas de preservação e reciclagem, efeito da lógica do *cada um deve fazer a sua parte* e do *conhecer para amar, amar para preservar*, orientada pela “conscientização ecológica” (Layrargues; Lima, 2011). Um exemplo dessa prática acontece quando a escola, por meio de discursos sobre educação ambiental, responsabiliza as crianças sobre o futuro da humanidade, como se apenas elas pudessem causar uma mudança significativa no modo de produção atual. Além de serem convocadas a *educar seus pais* para um mundo mais sustentável, são obrigadas a escutar frases que causam medo, como “a água vai acabar”, “não haverá árvores nas florestas”, “não teremos onde morar”. Essas frases depositam nas crianças a responsabilidade dos adultos e das instituições estatais e mercadológicas por um futuro possível e viável.

Por outro lado, com uma visão de responsabilidade coletiva, a perspectiva crítica realiza um contraponto à vertente conservacionista, entendendo que

o predomínio de práticas educativas que investem em ações individuais e comportamentais no âmbito doméstico e privado, de forma a-histórica, apolítica, conteudística, instrumental e normativa não superam [sic] o paradigma hegemônico que tende a tratar o ser humano como um ente genérico e abstrato, reduzindo os humanos à condição de causadores e vítimas da crise ambiental, desconsiderando qualquer recorte social (Layrargues; Lima, 2011, p. 7).

Assim, a prática educativa crítica aponta para um lado diferente da prática educativa conservadora, na medida em que se caracteriza – e dessa forma se desenvolve – por englobar, ao mesmo tempo, fenômenos que a princípio não teriam conexão. Assim, miséria e exclusão social são associadas a poluição, queimadas, alagamentos e outras degradações ambientais, conforme destacam Layrargues e Loureiro (2000).

Até o início do século XXI, conceitos como racismo ambiental⁴ e migração climática eram pouco conhecidos tanto pela sociedade brasileira como por pesquisadores da comunidade científica, exceto aqueles da área das ciências da natureza. Nos últimos dez anos, as mídias sociais têm usado esses conceitos – racismo ambiental e migração climática – de forma mais enfática nos textos e relatos de acidentes socioambientais, entendendo que, embora o clima extremo atinja a todos, nem todos têm a mesma capacidade de enfrentá-lo. O recorte de classe, raça e gênero torna-se, dessa forma, essencial na discussão sobre clima e vulnerabilidade social. Almeida (2023) relata que eventos climáticos extremos causam mortes e obrigam comunidades inteiras a se deslocar de seu local de origem em busca de sobrevivência, sem escolha entre ir ou permanecer. Essa mudança de vida “[...] afeta não apenas o bem-estar físico, emocional e material dos deslocados, como também suas identidades sociais e culturais” (Almeida, 2023, p. 5-6).

Sendo assim, a perspectiva crítica da educação ambiental desenvolveu uma identidade nutrida do pensamento freiriano, dos princípios da Educação Popular, da Teoria Crítica, da Ecologia Política e de autores marxistas e neomarxistas, ressignificando seus objetivos e fixando-lhe novos adjetivos, como: crítica, emancipatória, transformadora e popular (Layrargues; Lima, 2011).

⁴ A expressão racismo ambiental foi criada na década de 1980 pelo Dr. Benjamin Franklin Chavis Jr., em meio a protestos contra depósitos de resíduos tóxicos no condado de Warren, no estado da Carolina do Norte (EUA), onde a maioria da população era negra (Fiocruz, 2024).

Nessa perspectiva, não é concebida a ideia de que as mudanças ambientais são dissociadas das desigualdades sociais, até porque a crise ambiental não expressa problemas de funcionamento da natureza, mas problemas que se manifestam na natureza e com ela – e que, em sua maioria, são consequência da ação humana. As causas constituintes dos fenômenos ambientais têm origem nas relações sociais, nos modelos de sociedade e no desenvolvimento capitalista – “[...] a relação entre o ser humano e a natureza é mediada por relações socioculturais e de classes historicamente construídas” (Layrargues; Lima, 2011, p. 8). Dessa forma, o termo “desenvolvimento sustentável” deve ser usado com cautela e certa consciência crítica, já que os organismos internacionais buscam soluções para amenizar as crises climáticas, sem, contudo, alterar a dinâmica do capitalismo com suas crises cíclicas que envolvem a devastação ambiental e humana.

Catadores e catadoras e o saber popular: uma experiência

Afinal, quem são e como vivem os catadores e as catadoras no Brasil? Essa pergunta deve ser respondida com muito critério, pois, para a formulação, planejamento e monitoramento de políticas públicas, é primordial a coleta de dados que identifiquem, com clareza, a população demandatária da proteção social. A ocupação “catador de material reciclado” foi incluída em 2002 na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). Essa inclusão foi um importante avanço na luta pela visibilidade desses trabalhadores, entretanto, existe uma grande dificuldade na identificação desses catadores e dessas catadoras, já que a maioria não vive em domicílios, mas em residências precárias, em lixões ou mesmo nas ruas. Assim, os institutos de pesquisa – como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que realiza anualmente a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – não conseguem localizá-los, pois utilizam a metodologia da visita domiciliar para a coleta de informações. No Brasil, o número estimado de catadores de materiais recicláveis ainda é controverso, principalmente após a pandemia de COVID-19, nos anos de 2020 a 2023, quando houve um aumento exponencial do desemprego e de moradores vivendo em situação de rua. Estima-se que 800 mil a 1 milhão de pessoas estariam vivendo nessa condição no Brasil (Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis [MNCR], 2017).

Entre os catadores, a maioria são mulheres, negras, mães solo e chefes de família, segundo o MNCR (2014). Elas lutam pelo fortalecimento das cooperativas e pela criação de políticas públicas eficazes que melhorem a renda e as condições de trabalho, já que os catadores e as catadoras de material reciclável são empregados e empregadas sem carteira de trabalho assinada, trabalham por conta própria e contribuem pouco para a previdência social. Não possuem proteção social ou têm proteção social limitada quando enfrentam situações de risco como: riscos à saúde, acidentes, violências, entre outras (Bouvier; Dias, 2021). Segundo as autoras, a maioria dos catadores tem alguma educação primária, mas 1 em cada 10 tem menos de um ano de escolaridade – e mais de 80 % deles não receberam educação formal além da escola primária.

O levantamento desses dados fomenta um olhar mais aguçado para essa realidade, objeto da investigação e da reflexão sobre a atuação dos catadores e das catadoras como educadores e educadoras socioambientais, desmistificando a ideia de que é necessária uma formação acadêmica completa para a construção de conhecimento – ideia predominante em uma sociedade governada pelos interesses de classe, em que o direito à palavra sempre esteve ligado ao exercício do poder. O *saber falar*, ou ter sabedoria para falar, sempre foi delegado a poucos. A *verdade* contida nas palavras esteve historicamente associada a pessoas cultas e eruditas, enquanto a verdade das classes populares, dos oprimidos, dos colonizados, sempre foi tida como superficial, não científica e, portanto, não legitimada como tal. Segundo Freire (1974), os opressores vão se apropriando cada vez mais da ciência, como instrumento para suas finalidades, inclusive da tecnologia, que usam como força de manutenção do *status quo*, da *ordem* opressora, com a qual manipulam e esmagam a liberdade de pensamentos.

Nos escritos do antropólogo Brandão (2006), as classes ditas subalternas foram excluídas historicamente do direito de ensinar, delegado exclusivamente ao profissional especialista em saber e ensinar a saber. As trocas solidárias de conhecimento, exercidas no cotidiano da vida comunitária, principalmente por meio da oralidade, deram lugar à escola como o lugar privilegiado do seu exercício, representando um desdobramento do processo de expropriação do poder comunitário e dos saberes ancestrais. Conforme Freire (1974, p. 69): “Falamos de si como os que não sabem e do ‘doutor’ como o que sabe e a quem devem escutar. Os critérios de saber que lhe são impostos são os padronizados”.

Frente a esse movimento de deslegitimação dos saberes, a educação popular permanece relevante, pois reforça sua direção ao pleno desenvolvimento humano, respeitando e reconhecendo os grupos socialmente excluídos, os oprimidos, os colonizados, e, com eles, reassumindo a luta por um projeto direcionado à libertação humana. Nesse contexto, novas bandeiras são incorporadas, como a defesa socioambiental; e novas expressões da questão social, relacionadas à exploração da natureza, vão surgindo. Como estratégia na luta pela emancipação humana, Pini (2012) entende a educação como um meio privilegiado na promoção dos direitos humanos, em que cabe priorizar a formação de agentes públicos e sociais para atuar no campo escolar e não escolar, abrangendo os sistemas de saúde, educação, comunicação, justiça, segurança, ambiente, entre outros. Logo, instrumentos de *domesticação* – como a sloganização e a verticalização da conversa – devem ser substituídos por um diálogo crítico e libertador (Freire, 1974).

Ética e estética na educação

A OSC Pimp my Carroça, idealizada por Thiago Mundano, artista grafiteiro e ativista, visa valorizar a categoria de catadores e catadoras por meio do engajamento da sociedade, incluindo voluntariado, doações, participação em eventos e em ações de atendimento gratuito aos catadores e às catadoras que realizam seu trabalho de forma autônoma. Os projetos da OSC preveem a realização de atividades coletivas como mutirões e mobilizações, bem como atendimentos individuais nas áreas de serviço social, saúde, psicologia, entre outras. Proporcionam, também, reformas nas carroças, desde sua estrutura e funcionalidade até sua estética – transformando-as em obras de arte ambulantes que circulam pela cidade.

No projeto Pimp Educa, a arte, a estética e a educação andam de mãos dadas, já que a iniciativa promove encontros em escolas e empresas, em que a catadora ou o catador, protagonistas dessa educação, realizam rodas de conversas, contando sobre o dia a dia da sua profissão e o modo como reciclar o lixo de forma segura para o recolhimento. Em contrapartida, o catador e a catadora recebem itens de segurança, reparos nas carroças, pinturas, pneus ou uma carroça nova. Esses serviços não são apenas para aqueles que podem contribuir para o Pimp Educa, mas para qualquer pessoa que precise de auxílio com sua carroça, uma refeição durante

o dia, um banho, entre outras necessidades. Dessa forma, o compromisso ético em defesa da classe trabalhadora é mantido com seriedade.

Segundo Freire (2015, p. 34), “a necessária promoção da ingenuidade à criticidade não pode ou não deve ser feita à distância de uma rigorosa formação ética ao lado sempre da estética. Decência e boniteza de mãos dadas”. Assim, o educador defende que a ética e a estética devem andar lado a lado no processo de formação do ser humano. A ética é entendida como o *pensar certo* no sentido de coparticipação; e a estética é entendida como a curiosidade da criança na leitura do mundo, a beleza do diálogo entre professor e aluno, a fascinação do sujeito pela comunicação do sentido da vida.

A educação é considerada estética quando se torna um ato criador, quando auxilia os participantes a sentir e compreender o mundo. Não é somente uma arte à qual contemplamos – é, ao mesmo tempo, a vida de cada um de nós, já que a sentimos e a reproduzimos, segundo Berkenbrock-Rosito (2017). A seguir, apresentamos, na Figura 1, uma carroça grafitada. A Figura 2 mostra outra dessas carroças que receberam uma pintura artista. Na Figura 3, aparece um carrinho grafitado. Já a Figura 4 exibe a arte de uma placa para carroça; e a Figura 5 expõe outra carroça grafitada.

Figura 1 - Carroça grafitada 1



Fonte: Pimp my Carroça (2025)

Figura 2 - Carroça grafitada 2



Fonte: Pimp my Carroça (2025)

Figura 3 - Carrinho grafitado 3



Fonte: Pimp my Carroça (2025)

Figura 4 - Placa para a carroça



Fonte: Pimp my Carroça (2025)

Figura 5 - Carroça grafitada 4



Fonte: Pimp my Carroça (2025)

A arte nas carroças materializa a união do belo ao utilitário, o que demonstra uma magnitude nas frases: “Mulher de luta”, “Reciclar para mudar”, “Eu levo o mundo nas costas”, “Reciclagem tem cor e gênero”. Assim, constitui uma estética que pressupõe uma ética de assumir a identidade de catador e catadora, ou seja, “[...] assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos” (Freire, 2015, p. 42).

As mensagens que circulam pela cidade por meio das carroças provocam na população uma reflexão sobre o trabalho, o meio ambiente e a exploração, podendo suscitar um posicionamento político frente a essa demanda visível, mas invisibilizada no cotidiano das grandes cidades. A estética das carroças cumpre uma ação política que pressupõe uma forma de resistência ética à dureza posta nas condições de trabalho desses catadores e dessas catadoras. É uma forma de transgressão ao sistema capitalista que nos assombra diariamente com injustiças, opressões e crueldades, ou seja, com o feio, o não estético, o antiético.

A educação estética presente nessa ética artística destaca os sentidos humanos quanto ao que é belo, indissociável do processo de ensino-aprendizagem, pois a ética e a estética, segundo Freire (2015), são pressupostos para a mudança societária. E mudar envolve a quebra de paradigmas e, por vezes, de conceitos já cristalizados como verdades, como é o caso do *desenvolvimento sustentável*, utilizado por organizações internacionais como solução para todos os problemas ambientais da sociedade.

A sustentabilidade é uma ideia ou produto vendido de forma a conservar a lógica extrativista que sustenta o desenvolvimento da sociedade capitalista. Esse desenvolvimento é entendido como progresso, avanço e melhoria de vida. Entretanto, Krenak (2020, p. 21) alerta que esse progresso, ligado ao consumo excessivo, possui como intencionalidade educar – leia-se colonizar – “aqueles que ainda precisam ficar agarrados à terra, aqueles que ficaram meio esquecidos pelas bordas do planeta, nas margens dos rios, nas beiras dos oceanos - a sub-humanidade”.

Em seu livro *Ideias para adiar o fim do mundo*, o indígena, ambientalista e ativista Krenak (2020, p. 22) faz alguns questionamentos centrais para essa reflexão: “O que é preciso sustentar?” e “Por que é preciso sustentar?” (p. 22). Suas indagações nos levam a elaborar outras perguntas: “Do que precisamos abrir mão para assegurar o desenvolvimento?”; “Qual a medida do usufruto da natureza?”; e, principalmente, “Quem decide sobre isto?”. Ao decidirem sobre a demarcação de terras indígenas, a concessão de mineração, a criação de áreas de preservação e reservas da biosfera, o Estado e os governos estão negociando o que não pode ser vendido nem negociado, ou seja, o nosso planeta: “É como se bastasse manter apenas alguns lugares como amostra grátis da terra, e, se sobrevivermos, vamos brigar pelos pedaços de planeta que a gente não comeu” (Krenak, 2020, p. 12). Dessa forma, a ideia de desenvolvimento sustentável, segundo

esse autor, segue o seguinte raciocínio: vamos preservar a floresta amazônica, mas podemos desmatar todo o resto; vamos produzir muito plástico, mas organizar campanhas de reciclagem.

Não queremos com essa discussão, sobre o mito da sustentabilidade, diminuir o trabalho dos catadores e das catadoras ao reciclar materiais, nem mesmo questionar a argumentação da sustentabilidade em seus discursos e encontros de educação ambiental. O que pretendemos é demonstrar que esse trabalho – digno, difícil e de extrema importância para a diminuição do impacto do lixo nos grandes centros urbanos – precisa estar acompanhado de uma episteme que permita reconfigurar a lógica do desenvolvimento-progresso-consumo, que bebe nas fontes das relações coloniais e da submissão, para uma lógica de novos pensamentos com perspectivas decoloniais sobre sustentabilidade, como sugere Santos (2023, p. 8):

A literatura sobre a sustentabilidade acaba não endereçando o problema da questão ambiental de forma central, mas apenas remediando seus problemas. Uma consequência direta dessa literatura é legitimar e autorizar o uso dos recursos naturais finitos, mas de forma infinita, sob a égide do desenvolvimento, radicado em uma ordem mercadológica das coisas, incluindo a natureza.

Dessa forma, ao entendermos que o ser humano e a natureza são um binômio indissociável – da mesma forma que a ética e a estética na educação –, uma contribuição de reflexões sobre uma possível conciliação entre o sistema Terra e o sistema Sociedade se faz necessária, ao refundar o pacto social entre humanos e o pacto natural com a natureza e a Mãe Terra (Boff, 2016). Esse é um compromisso possível entre as trocas solidárias de conhecimento dos povos originários, dos educadores ambientais, das crianças e daqueles dispostos a cuidar da nossa “Casa Comum”, termo designado pelo Papa Francisco no documento *Carta Encíclica Laudato Sí* (Francisco, 2015).

Frente à problemática social, econômica e ambiental que envolve o processo de consumo exacerbado da nossa sociedade, é emergente a abordagem dessa adversidade na área da educação formal e de educações *outras*, que gere reflexões éticas, mudança de valores e ações efetivas contra a devastação ambiental e a exclusão social de famílias e comunidades que vivem literalmente na periferia do sistema capitalista, incluindo os catadores e as catadoras. O modo de produção capitalista em que estamos inseridos produz cidadãos que trabalham e moram em ambientes precarizados e insalubres – contraditoriamente, os que mais auxiliam a sociedade no processo de coleta seletiva, reutilização de materiais e economia de matéria-prima.

Considerações finais

Os catadores e as catadoras, uma vez que seu trabalho os(as) insere nos espaços da escola regular e nos espaços público-sociais, incentivam a troca de saberes e experiências e estimulam a convivência intergeracional com a criação de soluções para os problemas cotidianos em conjunto com as crianças. Como “ensinar exige a corporificação das palavras pelo exemplo” (Freire, 2015, p. 35), nada mais ético do que os catadores e as catadoras serem mais um sujeito no protagonismo da educação ambiental, com uma prática testemunhal, em que as experiências de vida e de profissão podem caminhar de mãos dadas na construção de uma práxis libertadora.

Nesse recriar coparticipativo, a educação estética e ética, livre, criadora e criativa é uma das formas de alcançar uma mudança societária de valores e de concepção de riqueza, pois, segundo Krenak (2020), se mantivermos a lógica predatória, que deixa rastros de destruição pelo planeta, não evitaremos o fim do mundo, mas apenas adiaremos a sua chegada. O que não podemos, por descuido ou ignorância, é chegar tarde demais em um dano grave e irreversível.

Vivemos a dialética da esperança e da desesperança de um momento histórico difícil e limitante, entretanto, a esperança na educação como prática da liberdade e de justiça social promove *o esperar* de uma ética e uma estética que sensibilizem a humanidade frente à urgência temporal da educação ambiental.

Referências

ALMEIDA, N. R. S. W. Eventos extremos e deslocamento climático. *Radar Saúde Favela*, [S. l.], ed. 23, p. 5-11, maio/jun. 2023. Disponível em: <https://radarsaudefavela.com.br/wp-content/uploads/2024/02/boletim-covid-favelas-23-Oficial.pdf>. Acesso em: 12 set. 2024.

BERKENBROCK-ROSITO, M. M. A estética da pedagogia da esperança: contribuição à formação de professores. *Revista Reflexão e Ação*, Santa Cruz do Sul, v. 25, n. 2, p. 9-26, maio/ago. 2017. DOI: <https://doi.org/10.17058/rea.v25i2.8972>

BOFF, L. *Sustentabilidade: o que é: o que não é*. 5. ed. ver. e amp. Petrópolis: Vozes, 2016.

BOUVIER, M.; DIAS, S. Catadores de materiais recicláveis no Brasil: um perfil estatístico. Resumo Estatístico n.º 29. *Women in informal employment: Globalizing and organizing*, [S. l.], nov. 2021. Disponível em: https://www.wiego.org/wp-content/uploads/2022/01/wiego-statistical-brief-n29-brazil-portuguese-2021_1.pdf. Acesso em: 29 maio 2025.

BRANDÃO, C. R. *O que é Educação Popular*. São Paulo: Brasiliense, 2006. (Coleção Primeiros Passos).

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 13 maio 2025.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Lei n.º 9.795, de 27 de abril de 1999*. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 1999. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm. Acesso em: 25 maio 2025.

BRASILFOUNDATION. *Pimp My Carroça*. Disponível em: <https://brazilfoundation.org/project/pimp-my-carroca-2/>. Acesso em: 2 jul. 2024.

CALDERONI, S. *Os bilhões perdidos no lixo*. 4. ed. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2003.

FRANCISCO, Papa. *Laudato Si'*: carta encíclica sobre o cuidado da casa comum. São Paulo: Paulus: Loyola, 2015.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 1974.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 51. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ – FIOCRUZ. *Racismo Ambiental: as consequências da desigualdade socioambiental para as comunidades marginalizadas*. [S. l.]: Centro de Estudos Estratégicos da Fiocruz Antonio Ivo de Carvalho, maio 2024.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOHN, M. da G. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. *Ensaio: Avaliação Política Pública Educacional*, [S. l.], v. 14, n. 50, p. 27-38, mar. 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362006000100003>

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. *Relatório de Pesquisa – Pesquisa sobre pagamento por serviços ambientais urbanos para gestão de resíduos sólidos*. Brasília: IPEA, 2010. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/100514_relatsau.pdf. Acesso em: 3 ago. 2024.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. *Diagnóstico sobre catadores de resíduos sólidos: relatório de pesquisa*. Brasília: IPEA, 2012. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatoriopesquisa/120911_relatorio_catadores_residuos.pdf. Acesso em: 20 jan. 2014.

KRENAK, A. *Ideias para adiar o fim do mundo*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LAYRARGUES, P.; LIMA, G. Mapeando as macro-tendências político-pedagógicas da educação ambiental contemporânea no Brasil. In: ENCONTRO “PESQUISA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL” A PESQUISA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL, 2011, Ribeirão Preto. *Anais [...]*. [S. l.]: [S. n.], 2011.

LAYRARGUES, P.; LOUREIRO, C. F. Educação ambiental nos anos 90, mudou, mas nem tanto. *Políticas Ambientais*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 25, p. 16, 2000.

MACIEL, C. Coleta de catadores autônomos é 1,6 vez maior que a oficial. *Agência Brasil*. 22 nov. 2022. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2022-11/coleta-de-catadores-autonomos-e-16-vez-maior-que-a-oficial#:~:text=O%20coordenador%20de%20advocacy%20da,de%20casas%20por%20um%20m%C3%AAs>. Acesso em: 20 out. 2024.

MANACORDA, M. A. *O princípio educativo em Gramsci: americanismo e conformismo*. Campinas: Alínea, 2008.

MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS – MNCR. *Seminário Nacional de Mulheres Catadoras debate precarização da profissão e cobra ações do poder público*. 2014. Disponível em: <https://www.mncr.org.br/noticias/noticias-regionais/mulheres-sao-maioria-entre-catadores-organizados-em-cooperativas>. Acesso em: 30 maio 2025.

MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS – MNCR. *Quantos Catadores existem em atividade no Brasil?* 2017. Disponível em: <https://www.mncr.org.br/sobre-o-mncr/duvidas-frequentes/quantos-catadores-existem-em-atividade-no-brasil>. Acesso em: 21 out. 2024.

PIMP MY CARROÇA. Pimp my carroça. 2025. Disponível em: <https://pimpmycarroca.com/>. Acesso em: 25 jul. 2024.

PINI, F. R. O. Educação popular e os seus diferentes espaços: educação social de rua, prisional, campo. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA SOCIAL, 4., São Paulo, 2012. *Anais [...]*. [S. l.]: [S. n.], 2012.

REDIN, M. M. Estética. In: STRECK, D. R.; REDIN, E.; ZITKOSKI, J. J. (org.). *Dicionário Paulo Freire*. 2. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

SANTOS, I. M. G. F. *Do mito da sustentabilidade à universalidade do bem viver: uma proposta pedagógica decolonial na UFF*. 2023. 121 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento Profissional, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2023.

SAUVÉ, L. Uma cartografia das correntes em educação ambiental. In: SATO, M.; CARVALHO, I. (org.). *Educação ambiental: pesquisa e desafios*. Porto Alegre: Artmed, 2005. p. 17-44.

SEVERINO, A. J. *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Cortez, 2013. *E-book*.

Submissão: 12.11.2024.

Aprovação: 14.04.2025.